



ORGS. MARIA PAULA ARAUJO
IZABEL PIMENTEL
RAFAEL ARAUJO

História política da América do Sul nos séculos XX e XXI

ORGS. MARIA PAULA ARAUJO
IZABEL PIMENTEL
RAFAEL ARAUJO

História política
da América do Sul
nos séculos XX e XXI

 **FAPERJ** autografia

Rio de Janeiro, 2024

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
(EDOC BRASIL, BELO HORIZONTE/MG)

H673 História política da América do Sul nos séculos XX e XXI / Organizadores Maria Paula Araujo, Izabel Pimentel, Rafael Araujo. – Rio de Janeiro, RJ: Autografia, 2024.
630 p. : 15,5 x 23 cm

ISBN 978-85-518-6692-4

1. América do Sul – Política governo. 2. América do Sul – História. I. Araujo, Maria Paula. II. Pimentel, Izabel. III. Araujo, Rafael.

CDD 980

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

História política da América do Sul nos séculos XX e XXI

ARAUJO, Maria Paula (org.)

PIMENTEL, Izabel (org.)

ARAUJO, Rafael (org.)

ISBN: 978-85-518-6692-4

1ª edição, junho de 2024.

Editora Autografia Edição e Comunicação Ltda.

Rua Mayrink Veiga, 6 – 10º andar, Centro

RIO DE JANEIRO, RJ – CEP: 20090-050

www.autografia.com.br

Todos os direitos reservados.

É proibida a reprodução deste livro com fins comerciais sem
prévia autorização do autor e da Editora Autografia.

Sumário

Prefácio: Novos olhares para a América do Sul	9
<i>Fernando Vale Castro</i>	
Por uma História Política da América do Sul	15
<i>Maria Paula Araujo</i> <i>Izabel Pimentel</i> <i>Rafael Araujo</i>	
1. Um clássico indesejável: <i>Cesarismo Democrático</i> e a defesa da autocracia nas primeiras décadas do século XX	23
<i>Caio Pedrosa da Silva</i>	
2. O primeiro peronismo na Argentina, 1943-1955	57
<i>Mariana Garzón Rogé</i>	
3. América do Sul no contexto da Segunda Guerra Mundial	83
<i>Andreza Santos Cruz Maynard</i> <i>Dilton Cândido Santos Maynard</i>	
4. Ao pé dos Andes, uma jornada sem precedentes: identidades sociais e embates de memórias sobre o Campeonato Sul-Americano de Futebol de 1948	103
<i>Renato Soares Coutinho</i>	
5. Os comunistas e a democracia no Chile: impactos e impasses da estratégia eleitoral na política partidária	129
<i>Carine Dalmás</i> <i>Elisa de Campos Borges</i>	

6. Ditaduras na América do Sul entre as décadas de 1960-1980	161
<i>Mariana Joffily</i>	
<i>Gabriela Águila</i>	
7. “Os ventos do Norte não movem moinhos”: esquerdas revolucionárias na América do Sul nas décadas de 1960 e 1970	193
<i>Izabel Pimentel</i>	
8. Uma nova rota democrática: o término das ditaduras na América Latina e os primeiros anos democráticos	227
<i>Samantha Viz Quadrat</i>	
9. “Ridículos tiranos”: Um estudo no novo campo da “Transitologia” na América do Sul	251
<i>Francisco Carlos Teixeira da Silva</i>	
10. Justiça de Transição e Comissões da Verdade na América do Sul	293
<i>Lays Corrêa da Silva</i>	
11. Colômbia: Memórias femininas de uma longa guerra	315
<i>Maria Paula Araujo</i>	
12. Neoliberalismo e reformas na América do Sul	343
<i>Rafael Vaz da Motta Brandão</i>	
13. “Onda rosa” – governos progressistas na América do Sul	373
<i>Fabrizio Pereira da Silva</i>	
14. A Revolução Bolivariana em perspectiva histórica e conceitual	397
<i>Eduardo Scheidt</i>	
<i>Rafael Araujo</i>	
15. Movimentos Indígenas e Epistemologias do Sul: Bolívia e Chile	433
<i>Alessandra Gonzalez de Carvalho Seixlack</i>	
<i>Mariana Bruce</i>	
16. Da luta pela terra à defesa da mãe terra: América do Sul entre reformas agrárias e questões ambientais	465
<i>Vanderlei Vazeles Ribetro</i>	

17. Movimento Negro e o pós-abolição das Américas: Uruguai e suas interlocuções	495
<i>Fernanda Oliveira</i>	
18. Feminismos na América do Sul nos séculos XX e XXI	519
<i>Joana Maria Pedro</i>	
19. Movimiento LGTBIQA+ e Izquierdas. Algunas notas preliminares a partir del caso uruguayo	543
<i>Diego Sempol</i>	
20. Debates intelectuais na esfera política/pública latino-americana no século XX	569
<i>Adriane Vidal Costa</i>	
21. Arte, política e memória na América do Sul	601
<i>Barbara Manguera do Nascimento</i>	
Sobre as autoras e os autores	623

CAPÍTULO 6

**Ditaduras na América do Sul
entre as décadas de 1960-1980**

*Mariana Joffily
Gabriela Águila*

As ditaduras militares na América do Sul podem ser examinadas por distintas perspectivas que, embora complementares, apresentam diferentes ordens de questões e ângulos de observação. Resultado, no interior da nação, de tensões entre projetos políticos e ideológicos conflitantes, em um quadro de esgotamento do modelo de industrialização por substituição de importações e de abertura dos países ao capital internacional e emergência de um novo modelo de acumulação capitalista; capítulo interamericano da guerra fria que dividiu o mundo em dois blocos de poder antagônicos – o socialista, liderado pela então União Soviética e China e o capitalista, guiado pelos Estados Unidos –; reação regional das elites, mobilizadas em torno do anticomunismo, diante do espectro da internacionalização da Revolução Cubana. Cada um desses pontos de partida pressupõe uma hierarquização dos fatores explicativos, colocando em maior evidência elementos que em outras abordagens perdem força analítica.

A entrada dos historiadores nos estudos das ditaduras é relativamente recente, comparada à dos cientistas políticos, que desde os golpes buscaram refletir, com base em grandes esquemas explicativos, não raro, generalizantes, sobre o desfecho autoritário dos conflitos

políticos dos anos 1960. Os aportes da historiografia foram bastante favorecidos pelo desenvolvimento do campo da História do Tempo Presente (Rouso, 2016; Dellacroix, 2018; Montañó, 2020), que não apenas assumiu a conflitividade que o tema das ditaduras possui no debate público, como transformou esse elemento, antes visto como problemático para o estabelecimento de uma necessária distância analítica, num objeto de estudos. Assumindo os riscos inerentes de refletir sobre um passado próximo, em muitos aspectos ainda presente, por seus legados e marcas, por ser alvo de debates e controvérsias, os historiadores foram aos poucos aportando distinções e particularidades aos grandes esquemas explicativos propostos pelos colegas da sociologia e da ciência política. Puseram-se a examinar casos concretos, propor periodizações particulares a cada fenômeno, estabelecer os contornos precisos de processos que, olhados de longe, traziam um enganoso aspecto homogêneo. Nesse esforço, embora alguns debates historiográficos tenham sido compartilhados por diversos países – razões do golpe, grau de cumplicidade dos setores civis na sustentação do regime autoritário, caráter militar ou civil-militar das ditaduras –, as discussões vêm se centrando sobretudo em casos nacionais.

O fenômeno, porém, decididamente transcende as fronteiras dos estados nação. A América do Sul nos anos 1960 e 1970 viveu um período de deflagração de vários golpes de Estado: houve ditadura no Paraguai (1954-1989); na Bolívia (1972-1982); no Peru (1976-1980); no Brasil (1964-1985); na Argentina (1966-1973; 1976-1983), no Uruguai (1973-1984), no Chile (1973-1990); Equador (1972-1978) (Joffily, 2016). Mesmo países que atravessaram o período com regimes constitucionais, como a Venezuela e a Colômbia, mobilizaram forças repressivas contra movimentos de esquerda, produzindo detenções, assassinatos e desaparecimentos de opositores políticos. A eclosão de tantos regimes autoritários explica-se, no interior de cada país, por uma longa história de mobilizações sociais (Löwy, 2016) que ao longo do século XX defenderam reforma agrária e ampliação dos direitos trabalhistas,

num esforço nem sempre bem-sucedido de diminuir as elevadíssimas taxas de desigualdade social e econômica dos países da América do Sul. A relativa sincronia dos golpes militares, por sua vez, deve-se em grande parte aos efeitos da Revolução Cubana, acontecimento regional maior que demonstrou ser uma possibilidade – ainda que em muitos aspectos ilusória – da implantação de um regime socialista na América Latina. Eric Hobsbawm sintetiza o apelo do acontecimento para os movimentos progressistas:

Nenhuma revolução poderia ter sido mais bem projetada para atrair a esquerda do hemisfério ocidental e dos países desenvolvidos, no fim de uma década de conservadorismo global; ou para dar à estratégia da guerrilha melhor publicidade. A revolução cubana era tudo: romance, heroísmo nas montanhas, ex-líderes estudantis com a desprendida generosidade de sua juventude (...) (Hobsbawm, 1995, p. 427).

O êxito revolucionário cubano reforçou a tese de que as contradições sociais e econômicas disseminadas na região formavam um quadro explosivo, prestes a deflagrar-se sob a ação de uma vanguarda consciente que soubesse liderar o movimento. Diversos grupos começam a constituir-se no continente, orientando-se seja pelo modelo russo – ênfase na direção do proletariado –, chinês – cerco da cidade pelo campo – ou cubano – foco revolucionário. A guerrilha urbana ou rural apresenta-se, a muitos, como a estratégia de transformação social mais adequada na superação das contradições e iniquidades do sistema capitalista.

O marco da entrada da América Latina na guerra fria interamericana (Harmer, 2011), porém, antecede o feito cubano e teve igualmente por palco a América Central: a operação encoberta que a CIA promoveu sob os auspícios do governo estadunidense para a derrubada do presidente progressista Jacobo Arbenz na Guatemala, em 1954. Desde então, os golpes militares aqui mencionados teriam invariavelmente alguma participação dos Estados Unidos – com diferentes

graus de interferência concreta (Schmitz, 2006; Fico, 2008; Novaro, 2011; Schmidli, 2013; Kornbluh, 2013).

Além da influência da cúpula política estadunidense, adepta da ideia de que a democracia era incapaz de conter o comunismo na região, os golpes militares da região tiveram em comum a participação de setores da sociedade civil, incluindo setores das classes médias, mas especialmente das elites empresariais, da alta hierarquia da Igreja católica e das grandes mídias. Esses segmentos, tendo as Forças Armadas na condução do processo, tomaram o poder e impuseram pela força regimes de caráter autoritário com um pronunciado acento anticomunista. A tomada do poder foi seguida, na maioria dos casos, da dissolução das instituições representativas (parlamentos, sindicatos, centrais trabalhadoras), na extinção ou crise dos partidos políticos tradicionais, na militarização da vida política e social e na perseguição sistemática aos movimentos sociais – sindicatos e centrais sindicais urbanas e rurais, associações de bairro, movimento estudantil. Esses regimes se caracterizaram, ainda, pelo uso sistemático da violência estatal contra opositores políticos, envolvendo forças policiais e militares em perseguições, sequestros, torturas, assassinatos e desaparecimento de militantes sociais e opositores políticos. Do ponto de vista da política econômica, as ditaduras latino-americanas em geral protagonizaram uma elevada concentração de renda, diminuição de capacidade de compra das classes populares e abertura econômica dos países ao capital internacional.

A relevância dos aspectos comuns não deve, contudo, obscurecer a diversidade que o fenômeno das ditaduras militares recobriu na região: há diferenças de cronologias, ritmos, intensidade repressiva, grau de institucionalização, arcos de alianças políticas, força das mobilizações sociais, para citar apenas alguns. Foi essa a aposta dos historiadores e cientistas sociais que se debruçaram a partir dos anos 1990 e principalmente 2000 para investigar mais a fundo processos históricos situados no tempo e no espaço, construindo potentes

historiografias nacionais sobre as ditaduras militares e apostando em obras que reunissem trabalhos de autores de distintos países, num esforço de colocar lado a lado reflexões sobre os casos nacionais. Uma iniciativa pioneira foi o projeto coordenado por Elizabeth Jelin e Carlos Iván Degregori reunindo pesquisadores de diversos países da região em torno de problemáticas conjuntas, tendo por eixo a construção de memórias sobre o passado autoritário. Seguiram-se outras mais gerais (Motta, 2015; Ramírez e Franco, 2021), ou articuladas a temáticas mais precisas, como a construção social nos regimes autoritários (Rollemberg e Quadrat, 2010), ou a repressão como política de Estado (Águila, Garaño e Scatizza, 2020). Mais recentemente, observamos uma abertura para explorar outra dimensão das ditaduras, aquela que, sem desdenhar dos contornos nacionais, amplia o foco para explorar discussões que os transcendem, a partir do exercício comparativo (Pereira, 2010; Motta, Lvovich, 2023) ou dos pontos de contato entre as ditaduras, influências recíprocas, circulação de ideias e atores políticos e militares (Padrós, 2005; Joffily, 2018; Confino, 2020), sem mencionar ações conjuntas como a Operação Condor (Padrós, Slatman, 2012).

Essas produções, ao contrário das primeiras reflexões sobre as ditaduras, produzidas ainda no calor da hora, abordam as ditaduras não como uma expressão periférica da Guerra Fria, ou resultado da política externa dos Estados Unidos, mas como produto de uma complexa relação entre os processos históricos internos a cada país e suas relações com os países da região, incluindo a potência estadunidense. A Doutrina de Segurança Nacional, antes vista como um corpo doutrinário coeso e sistematizado, imposto às Forças Armadas latino-americanas, por exemplo, vem sendo examinada em seus aspectos multifacetados, tanto em sua assimilação, quando em seu papel efetivo na configuração da luta antissubversiva (Sala, 2022). A outra importante influência externa, a teoria da guerra revolucionária, proveniente da experiência francesa nas guerras de independência da Indochina e da Argélia, foi

igualmente assimilada, atualizada e aplicada de maneiras variadas, inclusive pelos Estados Unidos (Robin, 2014; Pontoriero, 2022). Sem desconsiderar a importância que as influências produziram, esses trabalhos buscam matizar as ingerências externas e compreender como os atores locais selecionaram, adaptaram e inclusive exportaram, por sua vez, essas teorias repressivas (Rostica, 2020; Simon, 2022).

Neste capítulo examinaremos as ditaduras militares no Chile e na Argentina, para em seguida refletir brevemente sobre como a comparação entre elas permite perceber características em comum e particularidades de cada caso. Também discutiremos alguns pontos de contato, que influenciaram a decisão da modalidade repressiva a ser adotada pelo governo militar argentino e o posicionamento do Chile diante da Guerra das Malvinas. Buscaremos, desse modo, pôr em evidência como cada uma das dimensões nacional, comparativa e regional suscita questões de âmbito diverso e complementar.

Chile: pinochetismo e neoliberalismo

No dia 11 de setembro de 1973 as Forças Armadas chilenas perpetraram o golpe de estado que pôs fim a mais de 40 anos de democracia, e encerrou violentamente a breve experiência de governo da Unidade Popular (UP). A coalizão de esquerdas, encabeçada pelo socialista Salvador Allende, havia chegado ao poder em novembro de 1970, após triunfar por uma pequena margem sobre os partidos da direita nas eleições realizadas em setembro desse ano, com um programa que se propunha a levar a cabo um experimento original de transição pacífica ao socialismo. Durante seus quase mil dias de governo, foram implementadas amplas reformas econômicas e sociais, que incluíram a nacionalização das riquezas básicas (cobre, salitre, ferro, carvão) e bancos privados, passando das mãos do capital estadunidense e chileno ao controle do Estado; o aprofundamento do processo de reforma agrária, que beneficiou milhares de camponeses e

trabalhadores rurais e acabou por desarticular a grande propriedade latifundiária e uma série de medidas de redistribuição de renda em favor dos assalariados. Paralelamente, houve a erupção de uma imprevista “revolução vinda de baixo” (Winn, 2013), um processo formidável de mobilização e organização popular, com tinturas revolucionárias, protagonizado por operários, camponeses, moradores das periferias urbanas e alentado pelo Movimento da Esquerda Revolucionária (MIR), socialistas, comunistas e setores da esquerda cristã, que expressava as vastas expectativas de mudança social e política e acelerou as transformações impulsionadas pelo governo. Os trabalhadores levaram adiante grandes mobilizações e conflitos nas áreas da produção e dos serviços e assumiram o controle de centenas de fábricas e empresas, demandando ao Estado sua expropriação, enquanto os camponeses ocuparam as fazendas nas quais trabalhavam no Sul e no Vale Central e os moradores das periferias das grandes cidades tomaram os terrenos nos quais estavam assentados, em um processo que em alguns casos começou durante a campanha eleitoral de 1970 e se aprofundou nos meses seguintes, atropelando os tempos e estratégias, prevista pelo governo.

Logo que ficou conhecido o resultado das eleições e o triunfo de Salvador Allende, começou a ser organizada uma ofensiva golpista por parte de setores da direita (do Partido Nacional à organização terrorista Pátria e Liberdade), à qual somou-se o boicote parlamentar às iniciativas da UP, as pressões econômicas e diplomáticas dos Estados Unidos, as ações encobertas da CIA e a sabotagem da economia pelo capital chileno e estrangeiro, buscando afetar o rumo do governo, agudizar a crise econômica e criar uma imagem de ingovernabilidade que favorecesse a intervenção direta das Forças Armadas. O ponto de inflexão dessa campanha de desestabilização econômica e política foi a greve patronal de outubro de 1972, organizada pelo movimento sindicalista— que incluía comerciantes, transportadoras e pequenos e médios produtores —, como objetivo de paralisar o transporte e o

comércio e gerar um cenário de crise que levasse os militares a dar um golpe de estado. A medida contou com o apoio dos setores médios inclinados à direita, como as mulheres que vinham protagonizando marchas de panelas vazias (Power, 2008) e setores estudantis, e fracassou em razão da resistência dos trabalhadores organizados em conselhos comunitários, cordões industriais e Juntas de Abastecimento e Produção – o denominado “poder popular” (Gaudichaud, 2016) –, que mantiveram em funcionamento o transporte e a economia durante o *lockout* patronal.

Contudo, as crescentes dificuldades econômicas, alimentadas pelo comportamento dos empresários (desinvestimento, desabastecimento, fuga de capitais), assim como as pressões reivindicativas dos setores populares afetados pela crise e pelas tensões e divisões internas na UP, puseram em xeque e debilitaram o governo de Allende. Após as eleições parciais de março de 1973, nas quais a UP obteve mais votos que em 1970, a oposição unificou-se em torno da alternativa golpista.

Diferentemente da Argentina, onde as Forças Armadas tiveram uma presença política constante durante grande parte do século XX, intervindo ativamente no cenário político-institucional por meio de golpes de estado recorrentes e da segurança interna, no Chile, ao menos desde a década de 1930, os militares haviam definido uma clara separação entre a atividade política e o cumprimento de suas funções profissionais, o que não impediu a difusão de um forte anticomunismo e das doutrinas contrainsurgentes de matriz francesa e estadunidense (Seguel, 2022) e a intervenção na repressão social e política. Desse modo, as Forças Armadas conservaram uma atitude de independência política e respeito à ordem legal e institucional, manifestada na chamada doutrina Schneider, formulada pelo comandante em chefe do Exército assassinado em 1970 e retomada por seu sucessor, o general Carlos Prats.

O profissionalismo militar levou o presidente Allende a convidar as Forças Armadas a unir-se ao gabinete para um governo compartilhado em conjunturas de crise, como uma garantia para preservar

a ordem político-institucional, mas também a recorrer a medidas de exceção – como o estado de emergência em muitas províncias – que aumentaram a presença e o controle militar sobre o território. Esse processo se aprofundou com a aprovação da Lei de controle de armas, em outubro de 1972, e sua aplicação a partir de março de 1973, um novo dispositivo legal que dotou de autonomia as autoridades militares para instaurar investigações por eventuais delitos contemplados pela lei e efetuar invasões, detenções e controles em todo o país (Valdivia, 2014).

Embora a facção constitucionalista ou independente fosse majoritária, as Forças Armadas não eram homogêneas e em seu interior cresceram posições favoráveis ao golpe de estado, tal como se evidenciou com o Tanquetazo, uma intentona golpista executada por setores do Exército em junho de 1973 e abortada pelos militares constitucionalistas, ainda que a partir daí tenha ocorrido um expurgo dos partidários do profissionalismo militar e uma generalização das posições golpistas. Em um contexto de aguda crise política, em agosto, o comandante em chefe do Exército, o general Prats, foi substituído por Augusto Pinochet e em 11 de setembro as Forças Armadas coesas em torno de um projeto comum ocuparam rapidamente todo o território nacional e levaram a cabo a tomada do poder (Huneus, 2020).

O golpe encabeçado pelo general Pinochet – cuja imagem mais difundida foi o cruento bombardeio ao Palácio de la Moneda e a resistência e morte do presidente Allende – caracterizou-se por níveis muito elevados de violência. Nos primeiros meses, a repressão teve um caráter geral, massivo e indiscriminado (Goicovic, 2013), produzindo um número bastante alto de vítimas entre os setores políticos e sociais que haviam apoiado o governo da UP: militantes de base da esquerda, operários, camponeses, moradores das periferias urbanas. Tratou-se de uma ação repressiva de alta visibilidade, com execuções sumárias e exibição ou abandono de cadáveres e o uso sistemático da tortura sobre os detidos, com milhares de presos políticos alojados

em centros de detenção, ou campos de prisioneiros como o Estádio Nacional, Pisagua ou Dawson, cárceres ou lugares remotos de confinamento. Por sua vez, a ditadura pôs na ilegalidade os partidos da UP, a Central Única de Trabalhadores e as confederações operárias, restringiu a atividade sindical e os direitos dos cidadãos, de modo a produzir a desarticulação das bases de apoio da esquerda e impossibilitar as resistências, além de gerar um enorme fluxo de exilados.

Essa primeira etapa foi seguida por outra, na qual a repressão se centralizou por meio da criação da Direção de Inteligência Nacional (DINA), que começou a operar entre o final de 1973 e o início de 1974. Estava a cargo de Manuel Contreras, um alto oficial do Exército formado em inteligência nos Estados Unidos, que organizou uma polícia secreta que respondia diretamente a Pinochet, engajada na luta antissubversiva. A DINA substituiu os diversos organismos de inteligência militares e policiais que existiam antes do golpe de estado, implementando uma repressão mais seletiva, dirigida contra as direções políticas, então na clandestinidade, do Partido Socialista (PS), do Partido Comunista (PC) e do MIR, caracterizada pelo uso de práticas clandestinas e de campos de concentração – Tejas Verdes, Londres 38, Villa Grimaldi, entre outros –, onde atuavam grupos de operações encarregados do sequestro, tortura, execução e desaparecimento de pessoas (Seguel, 2022).

As violações massivas dos direitos humanos cometidas pelas forças militares e policiais e pelos agentes da DINA geraram críticas em setores muito influentes, como a Igreja católica chilena, mas também o rechaço da comunidade internacional, impulsionado pelas denúncias realizadas por exilados e organizações humanitárias e também pelo impacto dos assassinatos no exterior de pessoas muito conhecidas, como ocorreu com o general Prats em um atentado explosivo na Argentina, em setembro de 1974, ou com o ex-chanceler de Salvador Allende, Orlando Letelier, em Washington DC, em setembro de 1976, vinculados à Operação Condor. Este último acontecimento

teve profundas repercussões nos Estados Unidos, onde se iniciou um processo judicial para esclarecê-lo e contribuiu para a dissolução da DINA e a criação, em 1977, da Central Nacional de Informações (CNI), em uma tentativa de legalizar o exercício da repressão e restringir as práticas clandestinas e o desaparecimento de pessoas. Finalmente, o governo ditou uma Lei de Anistia em 1978 para os delitos por razões políticas entre setembro de 1973 e março de 1978, que beneficiou os membros das Forças Armadas e de segurança e impediu sua investigação e punição.

A violenta repressão ocorreu em paralelo com a personalização e concentração do poder na figura de Pinochet, que removeu os oficiais de alta patente do momento do golpe e acumulou os cargos de comandante em chefe do Exército, chefe da junta de governo e, a partir de 1980, presidente da República e centralizou o aparato repressivo em suas mãos (DINA/CNI). Se o projeto político da primeira etapa – a fase reativa – foi a eliminação da UP e a desarticulação de suas bases de apoio social e político (Garretón, 1988), a partir de 1974-1975 passou-se a uma fase fundacional, na qual se desenhou e implementou um novo projeto que se fundava no autoritarismo político, na economia neoliberal, em uma sociedade hierarquizada e numa cultura conservadora (Gazmurri, 2001).

Um elemento fundamental desse projeto foi a estratégia econômica implementada em 1975, quando a Junta Militar entregou o Ministério da Economia a um grupo de economistas monetaristas formados na Escola de Chicago, de Milton Friedman, conhecidos como *Chicago boys*. A partir daí foi aplicado um plano econômico de choque anti-inflacionário e políticas de liberalização e abertura da economia, por meio de um amplo processo de privatizações e redução do setor público – que, no entanto, não incluiu o cobre, nacionalizado na época da UP e mantido nas mãos do Estado –, de favorecimento das atividades primárias de exportação e do grande capital financeiro e internacional. A aplicação do plano neoliberal, caracterizado por seus

resultados como um “milagre econômico”, teve profundos efeitos sobre a estrutura econômica além de altos custos sociais (Boisard, 2021).

Este novo modelo econômico articulava-se com um novo modelo social, que contemplava a redução do papel do Estado no social e a preeminência do mercado, a despolitização, a desmobilização e a fragmentação das demandas, o predomínio de valores conservadores, o anticomunismo e o individualismo (Valdivia, 2010). Além disso, estava em curso um novo modelo político autoritário, que eliminava os partidos políticos, fortalecia o papel do poder municipal e o papel tutelar das Forças Armadas. A partir de 1978, foi posto em marcha um processo de institucionalização do regime militar que culminou com a aprovação de uma nova Constituição, em 1980 – consagrada por um plebiscito que confirmou a manutenção de Pinochet no cargo até 1990 –, que estabelecia um sistema político autoritário, a restrição dos direitos políticos e uma grande autonomia da Forças Armadas, erigidas em garantidoras da ordem constitucional.

Entre 1981 e 1982 iniciou-se uma crise econômica que afetou duramente os setores populares, as classes médias e alguns setores do empresariado, impulsionando conflitos sindicais que tiveram alta adesão e uma reanimação do movimento estudantil, que pôs em evidência a deterioração das bases de sustentação do regime. Nesses anos também se reativou a atividade dos partidos políticos ainda na ilegalidade – socialistas, comunistas, democratas cristãos –, após um processo de recomposição de suas direções no exílio e no país, de modo que em meados dos anos 1980 surgiu uma oposição armada à ditadura – a organização mais importante foi a Frente Patriótica Manuel Rodríguez, ligada ao PC – que realizou algumas ações espetaculares, entre elas uma tentativa frustrada de assassinar Pinochet, em 1986. A resposta da ditadura foi ditar o estado de sítio e reprimir com dureza os protestos sociais e políticos o que, juntamente à recuperação econômica, permitiu-lhe superar a crise.

Em 1988 o governo militar convocou um novo plebiscito, no qual os chilenos deviam pronunciar-se pelo “sim” ou “não” à candidatura de Pinochet nas eleições seguintes. A oposição decidiu participar e constituiu a “Concertação pelo não”, uma coalizão de 16 partidos de centro e de esquerda, dirigidos pela Democracia Cristã e pelo PS, base dos governos da Concertação que governariam o país nas décadas do pós-ditadura. A exitosa campanha nas ruas e nos meios de comunicação impulsionou uma ampla participação eleitoral e culminou com o triunfo do “não”, por 54% – em contraste com o 43% do “sim”. A transição para a democracia estava a caminho.

Nas eleições de 1989, o candidato da direita pinochetista pela União Democrática Independente foi o ex-ministro da economia Hernán Büchi, ao passo que pela Concertação de Partidos pela Democracia candidatou-se o democrata-cristão Patricio Aylwin, que venceu com 55% dos votos. Conquanto tenham levado ao fim da ditadura, os governos da Concertação aceitaram o marco institucional do pinochetismo e a transição derivou em uma democracia tutelada pelas Forças Armadas, com amplos espaços de poder para os militares, como o evidencia o fato de Pinochet ter seguido sendo seu comandante em chefe – e em seguida, desde 1998, senador vitalício. Além disso, os governos pós-ditatoriais mantiveram em vigência a Constituição de 1980, ainda que tenham aprovado reformas que limitaram enclaves autoritários, e deu-se continuidade ao modelo econômico neoliberal.

No que se refere às violações aos direitos humanos cometidos pelas Forças Armadas nos anos da ditadura, em abril de 1990 Aylwin criou a Comissão da Verdade e da Reconciliação, presidida pelo jurista Raúl Rettig, que elaborou um informe sobre a base de mais de 3.000 denúncias, apresentado em 1991. A busca da verdade sobre as violações dos direitos humanos, porém, não foi acompanhada por processos judiciais, pois seguiu em vigência a Lei de Anistia de 1978, que impedia o julgamento dos crimes cometidos. Assim foi até os anos 1990, com o processo e condenação contra Manuel Contreras pelo assassinato

de Orlando Letelier e, em particular, após a detenção de Pinochet em Londres, em 1998, quando se iniciou um lento caminho de julgamentos e condenações a responsáveis de delitos contra os direitos humanos durante a ditadura (Dutrenit Bielous e Varela Petito, 2005).

Argentina: o desaparecimento como estratégia de guerra interna

No dia 24 de março de 1976 as Forças Armadas argentinas ocuparam o poder seguindo um caminho similar ao do Brasil, Uruguai e Chile. Contudo, ainda que o golpe de estado não possa ser apartado desse significativo marco regional, caracterizado por ditaduras militares e processos de violência repressiva em grande escala, a intervenção das Forças Armadas na vida política não era nova, uma vez que de 1930 em diante o país experimentou ao menos um golpe de estado por década. O período que precedeu o golpe foi um momento de enorme complexidade em termos sociais e políticos, cujo ponto de início pode ser localizado em 1955, com a derrocada do governo peronista e a longa proscricção política de seu líder e do partido que representava a maioria do voto popular na Argentina ou, se colocamos o foco no ator militar, em meados dos anos 1960. Em junho de 1966 um golpe de estado conduziu as Forças Armadas no poder, unificadas ideológica e doutrinariamente sob o anticomunismo próprio da guerra fria e das novas doutrinas de guerra contrainsurgente de matriz francesa e estadunidense difundidas desde os anos 1950 e 1960, que outorgaram centralidade à segurança nacional e à luta contra o "inimigo interno" (Pontoriero, 2022). Em congruência com estas formulações ideológicas, a denominada "Revolução Argentina" (o nome que deram os golpistas ao novo regime militar) teve um caráter marcadamente repressivo e orientado ao controle social: proibiu a atividade político-partidária, restringiu a atuação sindical, intervindo em organizações trabalhistas e proibindo o direito de greve, instituiu a censura e o obscurantismo cultural, interveio nas

universidades nacionais e perseguiu os jovens, seus costumes e âmbitos de sociabilidade, ao mesmo tempo em que erigiu uma ampla legislação de tintura anticomunista e endureceu as penas para as atividades consideradas subversivas.

As restrições impostas pelo regime militar instalado em 1966 foram paulatinamente enfrentadas por um conjunto de ações e movimentos antiditatoriais que se tornaram visíveis por volta de 1968-1969, em particular com as grandes mobilizações registradas em algumas cidades do interior do país, como Córdoba e Rosário. A partir desse momento, até meados da década seguinte, iniciou-se um ciclo de alta conflitividade social e política com atores, demandas e repertórios de ação variados e inovadores em seus conteúdos e formas: a ativação dos setores operários, dotado de novos dirigentes, de caráter antiburocrático e classista e novos métodos de luta; a crescente agitação entre os setores médios e universitários; o desenvolvimento de expressões da denominada "nova esquerda" e, para 1970, o surgimento das organizações armadas – as mais importantes foram o Partido Revolucionário dos Trabalhadores-Exército Revolucionário do Povo (PRT-ERP), de extração marxista e Montoneros, da esquerda peronista. O governo militar argentino se viu cerceado por múltiplas mobilizações e protestos sociais e políticas e por sua própria crise interna e teve que convocar eleições vetando a possibilidade de candidatura do líder do movimento em exílio, Juan Domingo Perón. Estas se realizaram em março de 1973, com a vitória por ampla margem de votos de seu candidato, Héctor J. Cámpora. A hegemonia do peronismo confirmou-se e amplificou-se com sua renúncia e a realização de novas eleições, em setembro desse ano, quando mais de 60% do eleitorado consagrou a chapa presidencial Juan Domingo Perón-María Estela Martínez de Perón.

Assim, em um clima de enorme fervor popular, o peronismo voltou ao poder após quase duas décadas de proscricção política, dando início a um período complexo e contraditório, caracterizado pelas enormes e rapidamente frustradas expectativas no novo governo, o

aprofundamento da crise econômica, a agudização da conflitividade trabalhista, e a crescente violência política resultante das disputas entre as diversas facções dentro do peronismo – exacerbadas após a morte do presidente Perón, em julho de 1974 –, as ações das organizações político-militares e os atentados, ameaças e assassinatos perpetrados por comandos armados da direita – entre os quais a Aliança Anticomunista Argentina, a Triple A – contra militantes ou simpatizantes da esquerda. A resposta do governo encabeçado pela viúva de Perón foi o endurecimento dos instrumentos legais que penalizavam as atividades consideradas subversivas, como a Lei nº 20.840 de Segurança Nacional, e o decreto de medidas de exceção, como o estado de sítio em novembro de 1974 (vigente até 1984), medidas que operaram como sustentação legal à violência estatal executada pelas forças repressivas policiais e militares.

Neste marco, a presença e ingerência política das Forças Armadas tornaram-se um elemento recorrente no panorama nacional, em particular por sua participação na denominada luta antissubversiva. Em fevereiro de 1975 o governo peronista autorizou o Exército a levar adiante a Operação Independência, uma campanha repressiva destinada a eliminar o foco guerrilheiro instalado pelo PRT-ERP em Tucumán no ano anterior, utilizando estratégias clandestinas – sequestros e torturas, instalação de centros clandestinos de detenção, desaparecimento de pessoas –, de guerra psicológica e ação cívica. A atuação repressiva estendeu-se ao resto do país a partir de outubro de 1975, quando foram promulgados os denominados “decretos de aniquilamento”, que permitiam às Forças Armadas executar “as operações militares e de segurança necessárias com o objetivo de aniquilar a atuação dos elementos subversivos em todo o território”. Além disso, estabeleceu-se uma divisão do território nacional em cinco zonas nas quais localizavam-se as principais autoridades militares – equivalentes aos corpos do Exército em termos geográficos e de comandos –, divididas em subzonas e áreas, que definiram os limites

territoriais dos circuitos repressivos, os recursos utilizados e as forças atuantes (Aguila, 2013).

Por volta de 1975 o aprofundamento da crise econômica – expressa em elevados índices de inflação, a desaceleração do crescimento industrial e a queda dos salários reais – exacerbou os protestos operários e sindicais. A elevada conflitividade social, em um contexto de enorme descrédito do governo peronista e de debilidade da oposição político-partidária, acelerou os contatos entre os setores empresariais e políticos com as Forças Armadas para uma nova saída golpista, que finalmente se concretizou em 24 de março de 1976. O governo ficou nas mãos de uma Junta, integrada pelos comandantes em chefe do Exército, a Marinha e a Aeronáutica que exerceram um poder colegiado, com representação das três armas, com a primazia do Exército. A primeira Junta Militar, conduzida pelo general Jorge Rafael Videla, governou o país entre 1976 e 1981. Entre 1981 e 1983, sucederam-se outras três, também encabeçadas por generais do Exército: Eduardo Viola (entre abril e dezembro de 1981), Leopoldo Fortunato Galtieri (de dezembro de 1981 a junho de 1982) e Reynaldo Bignone (de junho de 1982 a dezembro de 1983).

Embora a repressão tivesse começado antes do golpe de estado, sua magnitude e escala amplificaram-se notavelmente a partir de 1976. O plano repressivo foi desenhado, coordenado e executado pelas Forças Armadas e contou com a participação ativa de polícias e forças de segurança dos serviços de inteligência que atuavam na órbita militar, policial e governamental. A extensa presença do Exército em todo o território nacional combinou-se com uma intervenção não menos ativa das outras forças (Marinha, Aeronáutica), ainda que mais limitada em termos de jurisdições territoriais, em uma atuação repressiva que recorreu a métodos clandestinos, legais e paralegais.

O circuito clandestino foi marcado pelas ações de grupos de tarefas e pelos centros clandestinos de detenção. Os primeiros foram integrados por membros das Forças Armadas e as polícias que, após

a detenção realizada pelos órgãos de informações, eram os encarregados de sequestrar homens e mulheres em operações realizadas em locais de trabalho, domicílios particulares ou nas ruas, conduzir os prisioneiros aos distintos centros de detenção clandestina, torturá-los para conseguir informação e eventualmente fazer desaparecer os cadáveres. Sabe-se que funcionaram em torno de uns seiscentos locais de detenção dispersos em várias províncias, a maioria dos quais foram utilizados nos primeiros anos (1976-1978), e coexistiram com o sistema prisional, no qual muitos sobreviventes do circuito clandestino passaram anos, na condição de presos legalizados.

A atuação repressiva teve várias fases, que iam da localização das vítimas potenciais a certas práticas para desfazer-se dos corpos (Olmo, 2002). Uma modalidade reiterada era a simulação dos “enfrentamentos”, ou seja, o fuzilamento de pessoas indefesas que, após passar pelos centros clandestinos de detenção nos quais haviam sido torturadas, eram assassinadas e tinham seus corpos jogados na via pública. Conquanto em alguns centros clandestinos, em particular da cidade de Buenos Aires, recorreu-se a “voos da morte” – eliminação física de prisioneiros, transportados em aviões militares, sedados ou inconscientes e arrojados nas águas do Rio da Prata –, os indícios dão conta de que a maioria dos cadáveres foram enterrados como “NN” – sigla que significa “nenhum nome”, utilizada normalmente para pessoas não identificadas e, no período, também para aquelas que eram consideradas pela ditadura como “terroristas” –, em cemitérios ou em outros prédios, como terrenos baldios ou dependências militares, e até incinerados. A descrição de tais procedimentos, diz respeito a uma das modalidades preferencialmente usadas pela repressão na Argentina – e, sem dúvidas, sua marca mais perdurável –, o desaparecimento de pessoas. A condição de *desaparecido* implicava não apenas a ilegalidade das práticas repressivas, como o apagamento dos rastros, a ocultação deliberada dos corpos, da identidade das vítimas e dos registros daquela atuação essencialmente clandestina (Calveiro, 1998).

As Forças Armadas e os civis que acompanharam o golpe de estado estabeleceram objetivos muito ambiciosos. Em primeiro lugar, recompor a ordem da dominação social e política, erradicando, por meio do uso da violência, a intensa mobilização que havia marcado o período precedente, para dar lugar a uma sociedade disciplinada e desmobilizada e instaurar uma ordem política autoritária e estável, tutelada pelos militares. A isso, somaram-se outros: reestruturar a economia, pela implementação de um modelo baseado no livre mercado, a abertura da economia, o favorecimento do capital financeiro e os grupos dominantes; reorganizar o funcionamento do Estado, reduzindo ao mínimo sua intervenção; introduzir mudanças profundas no sistema político, limitando o papel dos partidos; disciplinar o movimento operário e as direções sindicais; restaurar os valores tradicionais e a moral cristã na educação, na cultura e na vida social. Contudo, a implementação de políticas e estratégias para obter esses propósitos mostrou vaivéns e contradições, pois não se tratava de um regime homogêneo (Canelo, 2009) e houve diferenças, tensões e projetos diversos que dividiram o governo e limitaram a eficácia das medidas implementadas.

É possível distinguir diferentes períodos ou fases pelas quais transitou o governo militar (Águila, 2023). O período encabeçado pelo general Videla (1976-1981) caracterizou-se por uma ampla e sistemática atuação repressiva, concentrando a maior quantidade de detenções, desaparecimentos e assassinatos. Ao mesmo tempo foi o momento de maior aceitação social do regime e os militares contaram com ampla margem de manobra para pôr em marcha seu projeto, enquanto as expressões de resistência ativa e organizada foram exíguas e correram a cargo de grupos minoritários, em particular em torno da denúncia pelas violações aos direitos humanos. O consenso inicial começou a se erodir na conjuntura de final de 1980 e inícios de 1981, associada a uma visível deterioração da economia e, a partir da assunção de uma nova Junta militar presidida pelo general Viola, iniciou-se uma fase

dominada pela divisão militar interna e pelos questionamentos da sociedade civil à política econômica, às restrições à atividade política e os “excessos” repressivos.

A situação política e o clima social modificaram-se substancialmente em abril de 1982, quando o governo militar iniciou um conflito bélico contra a Grã-Bretanha pela posse das Ilhas Malvinas (ou Falklands), que terminou em uma rápida derrota argentina e pelo desprestígio das Forças Armadas. Junto com o incremento dos protestos sociais, um dos dados significativos deste período foi a reanimação da atividade político-partidária, quando o último presidente militar, o general Bignone, anunciou a convocação das eleições para fins de 1983. Neste novo contexto, embora os organismos de direitos humanos viessem atuando desde 1977, com enormes dificuldades e riscos, a questão dos direitos humanos adquiriu uma importância política determinante, ao mesmo tempo em que as autoridades militares sofriam uma crescente perda de legitimidade em razão da crise econômica, surgiam novas evidências dos crimes cometidos – como os túmulos de cadáveres não identificados, NN, em muitos cemitérios localizados em 1982-1983 – e as reivindicações dos organismos puderam articular-se com outras demandas da oposição antiditatorial (Franco, 2018). Por outro lado, converteu-se em um problema central para o governo democrático instalado em dezembro de 1983 e para os que o sucederam, que tiveram que se ocupar do tema, conforme o movimento de direitos humanos seguiu exigindo do Estado a aparição com vida das pessoas desaparecidas, a libertação dos presos políticos, o conhecimento do destino dos menores apropriados e o castigo aos responsáveis por tais delitos (Aguila e Alonso, 2021).

Numa primeira etapa, entre 1983 e 1985, a Argentina converteu-se em um caso modelo e pioneiro no contexto latino-americano e global, com a constituição da Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP) em 1983 e, sobretudo, com a realização do Julgamento das Juntas militares em 1985. Poucos dias após

assumir a presidência da nação com o voto majoritário do eleitorado em dezembro de 1983, o presidente da União Cívica Radical Raúl Alfonsín (1983-1989) derogou por inconstitucionalidade a lei de autoamnistia que as Forças Armadas haviam promulgado um mês antes das eleições e ordenou que fossem processados sete chefes guerrilheiros do PRT-ERP e dos Montoneros por atos de violência cometidos desde 1973 e as três primeiras Juntas Militares da ditadura por homicídio, privação ilegítima da liberdade e tortura. Ainda que essa formulação tenha equiparado, na transição para a democracia, as “violências de ambos os lados” perpetradas durante os anos 1970 – ficando conhecida como “teoria dos dois demônios” –, já havia estado presente durante os anos ditatoriais e, a partir desse momento, converteu-se em um elemento fundante das políticas de Estado.

A CONADEP foi criada pelo presidente Alfonsín como uma comissão de “notáveis”, integrada por personalidades de prestígio e relevância nacional, ativistas de direitos humanos e jornalistas e presidida pelo escritor Ernesto Sábato. Seu objetivo consistia em investigar e recolher informação a respeito dos distintos atos de violação de direitos humanos cometidos pelas Forças Armadas entre 1976 e 1983. Recebeu milhares de testemunhos e denúncias de vítimas, familiares e organizações de direitos humanos, que constituíram a principal base do relatório final, que compilou dados a respeito de quase 9.000 detidos-desaparecidos, centros clandestinos de detenção e repressores. O informe *Nunca Más* foi apresentado em setembro de 1984 e constituiu o primeiro documento oficial no qual aceitava-se a existência de violações aos direitos humanos durante a ditadura. Não apenas teve um papel central na introdução do tema na agenda pública, como foi crucial na conformação de um amplo consenso social em torno da necessidade de punição dos responsáveis de delitos de lesa-humanidade (Crenzel, 2008).

O acontecimento mais ressonante da política de direitos humanos nesses primeiros anos de governo democrático foi a realização do Julgamento das Juntas Militares, ocorrido entre abril e dezembro

de 1985, no qual foram julgados os ex-comandantes por assassinatos, torturas e outros crimes contemplados no Código Penal argentino, culminando com a condenação à prisão perpétua de parte deles e a abertura de um prazo para apresentar novas causas na justiça civil contra outros repressores. O julgamento gerou mal-estar nas Forças Armadas e a resposta do governo Alfonsín foi promulgar a Lei do Ponto Final, votada em dezembro de 1986, que limitava as ações penais, sem, contudo, contentar plenamente os militares. Em 1987, um grupo de oficiais intermediários protagonizou um levantamento de reviveu o temor de um novo golpe de estado e levou à sanção da Lei de Obediência Devida, que absolvía o pessoal militar e policial de patentes inferiores de qualquer responsabilidade com os atos repressivos do passado, uma vez que se considerava que haviam atuado dentro da lógica de cumprimento de ordens de seus superiores. Com a aprovação das leis de Ponto Final e Obediência Devida, iniciou-se uma segunda etapa, caracterizada por políticas regressivas, impunidade e esquecimento, culminando com o indulto proclamado pelo presidente Carlos Menen em 1990, libertando os ex-comandantes que haviam sido condenados no Julgamento das Juntas. Foi apenas nos anos 2000 que o indulto foi anulado pela Suprema Corte argentina, o que abriu um novo e amplo ciclo de processos judiciais, revertendo o quadro de impunidade da década anterior.

Para além das fronteiras nacionais

Ressalvados os pontos em comum – as inspirações doutrinárias internacionais, o anticomunismo, as estratégias repressivas, o objetivo de refundação nacional e erradicação das mobilizações políticas do campo da esquerda –, há diversas dissimilaridades entre as ditaduras chilena e argentina. A começar pela duração: a chilena inicia-se antes, em setembro de 1973, porém haveria de estender-se até 1990, ao passo que a Argentina se iniciou mais tarde, em março de 1976,

e durou até 1983. Essa diferença foi importante, porque permitiu aos militares argentinos observarem as experiências autoritárias de seus vizinhos e tirarem suas lições: a ampla e negativa repercussão internacional que tiveram os assassinatos nos primeiros dias que sucederam ao golpe chileno foi determinante para a opção argentina pelo método do desaparecimento como principal estratégia repressiva. Chile e Argentina vinham de experiências distintas em termos da participação das Forças Armadas na vida política do país, muito mais intensa e frequente no caso argentino, que tinha vivido recente período de autoritarismo militar nos anos 1966-1973. A conflitividade e a polarização política estiveram presentes em ambos os países, com adoção de leis de exceção, ainda em democracia, contra opositores políticos – fossem eles os grupos da extrema-direita e associações patronais, no caso do Chile, ou grupos guerrilheiros de esquerda, caso da Argentina. Porém, enquanto o Chile do período pré-golpe vivia uma experiência política sem precedentes, atraindo a atenção internacional para o intento de Salvador Allende de alcançar o socialismo pela via institucional e democrática, a Argentina assistia o governo peronista dar uma guinada à direita, voltando-se inclusive contra antigos aliados. Situação curiosa e ímpar do caso argentino, essa guinada não impediu a existência de grupos guerrilheiros de esquerda que reivindicavam a tradição peronista e foram intensamente perseguidos pelo governo peronista e, em seguida, pelos militares no poder. A presença das forças de esquerda no governo, no Chile, levou os golpistas, num primeiro momento, a dedicarem parte significativa da energia de suas forças militares e policiais a perseguir ex-integrantes do governo Allende, o que produziu uma leva de exilados ilustres, com conexões de alto nível nos Estados Unidos e na Europa Ocidental. Na Argentina, por outro lado, assiste-se a uma intensificação sem precedentes de um processo de violência repressiva que já havia sido iniciado no governo democrático civil.

Houve influência e apoio estadunidense em ambos os golpes (Joffily, 2018), contudo, essa participação foi inegavelmente maior no Chile, onde a CIA desenvolveu um amplo programa clandestino de desestabilização do governo Allende e apressou-se a prestar ajuda financeira ao governo Pinochet. Em termos de estratégias repressivas, os traços comuns da militarização da sociedade e da lógica da guerra interna diferenciam-se na espetacularização da violência num primeiro momento, com prisões em massa e fuzilamentos, seguida de maior seletividade em seguida, por parte da DINA, órgão especialmente criado para conduzir a vigilância e a perseguição política no Chile, em comparação com as Forças Armadas argentinas, que optaram por uma repressão mais ampla – ainda que não deixasse de ser seletiva – e ao mesmo tempo menos visível.

O personalismo da ditadura de Augusto Pinochet, que logrou se impor sobre os demais membros da Junta Militar e manter-se num projeto de poder pessoal por longos anos, distingue-se da estrutura das juntas argentinas, que, a despeito da primazia do Exército sobre as outras forças, compartilharam de forma mais coletiva a condução da ditadura. No campo econômico, a abertura ao capital estrangeiro nos dois países teve consequências distintas: no Chile, foi realizada nos moldes da experiência neoliberal, produzindo um “milagre econômico” de crescimento acelerado, ainda que com ampla concentração de renda; na Argentina, levou a um colapso que contribuiu a mergulhar a ditadura numa crise de popularidade.

No campo repressivo, houve importante colaboração entre os dois países, oficializada em 1975 na Operação Condor, esforço que reuniu diversos países da América do Sul na coordenação da vigilância e perseguição a exilados políticos, antes mesmo do golpe militar argentino. Ainda sob o governo peronista, os militares argentinos foram convidados pelo chefe da DINA chilena, coronel Manuel Contreras, a unir-se em Santiago com representantes do Chile, da Bolívia, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai, com o objetivo de articular uma agenda

de ação conjunta contra integrantes das organizações de esquerda e destacados opositores políticos. A Operação formalizava e ampliava colaborações internacionais que já vinham ocorrendo e resultou em diversas ações conjuntas. Muito significativamente, sua sede que ficava em Santiago do Chile, foi transferida para Buenos Aires após o golpe militar de 1976. Argentina nesse momento havia se convertido em um dos destinos de exilados paraguaios, brasileiros, uruguaios e chilenos, fugidos de seus respectivos países, assim como dos primeiros destinos de exílio, em razão da perseguição política que acompanhou os golpes militares (Slatman, 2016).

Se a Operação Condor irmanou as ditaduras chilena e argentina, a guerra das Malvinas, por sua vez, as posicionou em campos opostos. Em contexto de crise de legitimidade, a estratégia de unificação nacional contra um inimigo comum, levou a Argentina a apostar no conflito externo com a Grã-Bretanha. O Chile, aliado ideológico, embora ostentando publicamente neutralidade no conflito, não apenas apoiou a nação europeia – com a qual possuía afinidades neoliberais e na qual via um potente aliado internacional –, como contribuiu secretamente para a sua vitória militar. O episódio chama a atenção para a complexidade das relações entre as duas ditaduras, que ao mesmo tempo em que possuíam importantes interesses em comum, possuíam contendas nacionais em torno do Canal de Beagle, que quase levaram à deflagração de um conflito em 1978. O apoio do Chile à Grã-Bretanha, por sua vez, ao levar a um rotundo fracasso militar argentino, precipitaria a transição para a democracia no país vizinho, contribuindo ao isolamento do governo Pinochet na região, com a derrocada da ditadura argentina.

No campo transnacional, convém ainda mencionar o papel os Estados Unidos na transição dos dois países. Participante convicto no golpe chileno e fiador dos militares argentinos, o governo conservador de Richard Nixon foi ator importante na legitimação internacional das ditaduras no Cone Sul. Os exilados provocados pelos golpes

militares, entretanto, muitos deles profissionais liberais e políticos com elevado prestígio internacional, atuaram ativamente junto a seus colegas estadunidenses para denunciar publicamente não apenas a violência ditatorial, mas o suporte dos EUA aos regimes autoritários. Contribuíram, assim, para o *boom* dos direitos humanos que viveu o país nos anos 1970. Durante o governo de John Ford, ainda em 1975, o Comitê Church – cujo nome provinha do senador que o presidia – promoveu diversas audiências públicas no Senado, além de investigações sobre a relação entre os EUA e o golpe no Chile, expondo abertamente as operações secretas da CIA no episódio (Kornbluh, 2013). O atentado organizado pela Operação Condor contra o diplomata e político chileno Orlando Letelier em setembro de 1976, que levou à sua morte assim como à da cidadã estadunidense Ronnie Moffitt em Washington DC, conduziria à dissolução da DINA. O episódio, aliado à atuação dos democratas no Congresso, teve efeitos significativos na política externa estadunidense e contribuiu para a eleição do democrata Jimmy Carter, com uma agenda de defesa dos direitos humanos, que ia na contramão de seus predecessores. Ainda que tenha permanecido no poder por apenas um mandato (1977-1981), sendo substituído pelo conservador Ronald Reagan, Carter e seu governo representaram um incômodo para ambas as ditaduras, tendo exercido razoável pressão para que a Argentina aceitasse a visita da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), da Organização dos Estados Americanos, em 1979.

Retornando ao plano comparativo, o prestígio da ditadura e de Pinochet junto a setores conservadores chilenos possibilitou a institucionalização da ditadura na Constituição de 1980. Na Argentina, ao contrário, a derrota nas Malvinas, poucos anos mais tarde, conduziu rapidamente ao fim do regime autoritário e criou uma correlação de forças que permitiu ao governo civil anular a lei de autoanistia e investigar a repressão política. Assim, a solidez ou deterioração da imagem das Forças Armadas junto à opinião pública em ambos os países

contribui em grande medida a explicar as apreciáveis distinções no processo de transição para a democracia. A Argentina, além de ter tido uma comissão da verdade, realizou um julgamento inédito das altas cúpulas militares, situando-se na vanguarda do processo transicional na região. O Chile, por sua vez, embora também tenha criado uma comissão da verdade, incluiu entre seus comissionados membros do poder militar e voltou seus esforços para buscar uma difícil “reconciliação”. Augusto Pinochet prosseguiu sendo chefe do Exército e em seguida passou a ocupar um posto de senador vitalício. Se a reversão do processo de acerto de contas com a repressão política na Argentina, com o posterior indulto de Carlos Menen aos militares nos anos 1990, inaugurando uma década de impunidade, significou um considerável retrocesso no processo de democratização política, no Chile essa passagem ao poder civil fez-se sob a tutela dos militares que haviam governado o país e sob o arcabouço legislativo imposto pela ditadura.

Em ambos os países, os legados das ditaduras fizeram-se sentir e ainda estão presentes sob múltiplas formas. Para além do saldo dos mortos e desaparecidos, torturados e presos, com todas as consequências para familiares, amigos, carreiras profissionais e projetos políticos coletivos, o brutal saldo das ditaduras alimenta em grande medida as lutas do presente. Atestam-no a vitalidade de movimentos sociais na Argentina, formados a partir de identidades políticas relacionadas aos crimes da ditadura, mas que transcendem suas agendas políticas para temas relacionados ao presente. Assim, grupos como as *madres, abuelas, hijos, nietos, desobedientes*, traçam articulações entre as doloridas heranças do passado e as lutas pela democratização e respeito aos direitos humanos, ao mesmo tempo buscando fazer avançar essas pautas e lutando contra os intentos das forças de direita de recuperar o passado autoritário em chave positiva. No Chile, massivas manifestações como as dos estudantes secundaristas (Revolta dos Pinguins), ocorridas em 2006 e 2011 contra a privatização do

sistema educacional promovido nos anos 1970, ou o *estallido* social, que estourou nas ruas em 2019 contra a lógica neoliberal e a degradação das condições de vida dos chilenos, dialogam diretamente com a herança legada pelo projeto econômico e político ditatoriais. Não por acaso, o discurso de posse do novo presidente chileno, Gabriel Boric, retomou as palavras finais de Allende: “Como previu há quase 50 anos Salvador Allende, estamos de novo, compatriotas, abrindo as grandes alamedas por onde passem o homem livre, o homem e a mulher livres, para construir uma sociedade melhor.”

Referências Bibliográficas

- ÁGUILA, Gabriela. La represión en la Argentina: modalidades, dinámicas regionales y efectos sociales. In: ÁGUILA, Gabriela; ALONSO, Luciano (Orgs.). **Procesos represivos y actitudes sociales: entre La España franquista y las dictaduras del Cono Sur**. Buenos Aires: Prometeo, 2013.
- ÁGUILA, Gabriela. **Historia de la última dictadura militar**. Argentina, 1976-1983. Buenos Aires: Siglo XXI, 2023.
- ÁGUILA, Gabriela; ALONSO, Luciano. Procesos, actores y dinámicas sociopolíticas en La transición a la democracia en Argentina. In: MOLINERO, Carme; YSÁS, Pere (Orgs.). **De dictaduras a democracias**. Portugal, España, Argentina, Chile. Granada: Comares, 2020.
- BOISARD, Stephane. O modelo econômico chileno: um esquema perverso. In: RAMÍREZ, Hernán; FRANCO Marina (Orgs.). **Dictaduras no Cone Sul da América Latina**. Um balanço historiográfico. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.
- CALVEIRO, Pilar. **Poder y desaparición**. Los campos de concentración en la Argentina. Buenos Aires: Colihue, 1998.
- CANELO, Paula. **El proceso em su laberinto**. La interna militar de Videla a Bignone. Buenos Aires: Prometeo, 2008.
- CONFINO, Hernán Eduardo. Las redes montoneras em el exilio. Revolución, solidaridad y derechos humanos (1974-1980). In: ÁGUILA, Gabriela; GARAÑO, Santiago; SCATIZZA, Pablo. (Orgs.). **La represión como política de Estado**. Buenos Aires: Imago Mundi, 2020, p. 257-270.

- GRENZEL, Emilio. **La historia política del Nunca Más**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2008.
- DELACROIX, Christian. A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras? **Revista Tempo & Argumento**, v. 10 n. 23 (2018): Edição Especial III Seminário Internacional História do Tempo Presente.
- DUTRÉNIT BIELOUS, Silvia y VARELA PETITO, Gonzalo. Dilemas políticos y éticos en torno a las violaciones a los derechos humanos em el Cono Sur. **América Latina Hoy**, v. 40, 2005.
- FICO, Carlos. **O grande irmão: da operação Brother Sam aos anos de chumbo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- FRANCO, Marina. **El final del silencio**. Dictadura, sociedad y derechos humanos em la transición (Argentina, 1979-1983). Buenos Aires: F.C.E., 2018.
- GARRETÓN, Manuel. La evolución política del régimen militar chileno y los problemas en la transición a la democracia. In: O'DONNELL, Guillermo et al. (Comps.). **Transiciones desde un Gobierno Autoritario**. América Latina, V. 2, Buenos Aires: Paidós, 1988.
- GOICOVIC, Igor. Terrorismo de Estado y resistencia armada en Chile. El MIR, entre la dictadura y la transición (1973-1994). In: ÁGUILA, Gabriela; ALONSO, Luciano. (Orgs.) **Procesos represivos y actitudes sociales Entre la España franquista y las dictaduras del Cono Sur**. Buenos Aires: Prometeo, 2013.
- HARMER, Tanya. **Allende's Chile and the Inter-American Cold War**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2011.
- HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HONEUUS, Carlos. **El régimen de Pinochet**. Santiago: Sudamericana, 2000.
- JOFFILY, Mariana. A política externa dos EUA, os golpes no Brasil, no Chile e na Argentina e os direitos humanos. **Topoi**. Revista de História, Rio de Janeiro, v. 19, n. 38, 2018.
- JOFFILY, Bernardo. Ditaduras militares na América Latina dos anos 1960-70. In: **Atlas Histórico do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2016. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/marcos/revolucao-de-1964/mapas/ditaduras-militares-na-america-latina-dos-anos-1960-70>. Acesso em: 23 mai. 2023.
- KORNBLUH, Peter. **The Pinochet File** (e-book). Nova York: New Press, 2013.

- LÖWY, Michel. **O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais**. 5. ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2016.
- LVOVICH, Daniel; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **As ditaduras argentina e brasileira em ação**. Belo Horizonte: Editora UFMG, Los Polvorines: Ediciones UNGS, 2023.
- MONTAÑO, Eugenia Allier. Ética y política en el historiador del tiempo presente. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **Ditaduras militares**. Brasil, Argentina, Chile e Uruguai. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.
- NOVARO, Marcos. **Cables secretos**. Buenos Aires: Edhasa, 2011.
- OLMO, Darío. Reconstruir desde restos y fragmentos. El uso de los archivos policiales en La antropología forense en Argentina. In: DA SILVA CATELA, Ludmila; JELIN, Elizabeth (Orgs.). **Los archivos de la represión: Documentos, memoria y verdad**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2002.
- ORTEGA, César; OVALLE, Camilo Vicente (Orgs.) **En la cresta de La ola**. México: UNAM, Bonilla Artiga, 2020, pp. 175-194.
- PADRÓS, Enrique Serra; A ditadura brasileira de Segurança Nacional e a Operação 30 horas: intervencionismo ou neocisplatinação do Uruguai? **Ciências e Letras**, Porto Alegre, n. 37, jan.-jun. 2005.
- PADRÓS, Enrique; SLATMAN, Melisa (Orgs.). Dossier: coordinaciones represivas en el Cono Sur de América Latina (1964-1991). Taller (Segunda Época). **Revista de Sociedad, Cultura y Política en América Latina**. v. 1, n. 1, 2012.
- PEREIRA, Antony. **Ditadura e repressão**. O autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.
- PONTORIERO, Esteban. **La represión militar em la Argentina (1955-1976)**. Los Polvorines: UNGS, Posadas: UNAM; La Plata: UNLP, 2022.
- POWER, Margaret. **La mujer de derecha**. El poder femenino y la lucha contra Salvador Allende, 1964-1973. Santiago: Centro de Investigaciones Diego Barros Arana, 2008.
- RAPOPORT, Mario; LAUFER, Rubén. Os EUA diante do Brasil e da Argentina: os golpes militares da década de 1960. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 43, n. 1, 2000.
- ROBIN, Marie-Monique. **Escuadrones de la muerte**. La escuela francesa. La Plata: De la Campana, 2014.

- ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.) **A construção social dos regimes autoritários**. Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- ROSTICA, Julieta Carla. La coordinación represiva entre Argentina, Guatemala, Honduras y El Salvador (1976-1983). Avances, dificultades y desafíos. In: AGUILA, Gabriela; GARAÑO, Santiago; SCATIZZA, Pablo. (Orgs.). **La represión como política de Estado**. Buenos Aires: Imago Mundi, 2020.
- ROUSSO, Henry. **A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo**. Rio de Janeiro: FGV, 2016.
- SALA, Laura Yanina. La Doctrina de Seguridad Nacional em América Latina. Um repaso por los estudios clásicos y sus críticos. **e-I@tina. Revista electrónica de estudios latinoamericanos**, v. 20, n. 80, 2022.
- SCHMIDLI, William Michael. **The fate of freedom elsewhere**. Human Rights and U.S. Cold War Policy toward Argentina. Ithaca: Cornell University Press, 2013.
- SCHMITZ, David F. **The United States and Right-wing Dictatorships**. 1965-1989. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- SEGUEL, Pablo. **Soldados de La represión**. Anticomunismo, seguridad nacional y contrasubversión em las Fuerzas Armadas chilenas, 1970-1975. Santiago: Universidad Alberto Hurtado, 2022.
- SIMON, Roberto. **O Brasil contra a democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- SLATMAN, Melisa. El Cono Sur de las dictaduras, los eslabonamientos nacionales em el interior de la Operación Cóndor y las particularidades del caso argentino. In: AGUILA, Gabriela; GARAÑO, Santiago; SCATIZZA, Pablo (Orgs.). **Represión estatal y violencia paraestatal em La historia reciente argentina**. Nuevos abordajes a 40 años del golpe de Estado. La Plata: Facultad de Humanidades y Ciencias de La Educación Universidad Nacional de La Plata, 2016.
- VALDIVIA ORTIZ DE ZÁRATE, Verónica. Chile: ¿un país de excepción? La Ley de Control de Armas y la máquina represiva puesta en marcha. In: PINTO, Julio (Org.). **Fiesta y drama: nuevas historias de La Unidad Popular**. Santiago: Lom, 2014, p. 205-230.
- VALDIVIA ORTIZ DE ZÁRATE, Verónica. “¡Estamos en guerra, señores!”. El régimen militar de Pinochet y el “pueblo”, 1973-1980. **Historia**, n. 43, 2010.
- WINN, Peter. **La revolución chilena**. Santiago: Lom, 2013.